

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DIÁLOGOS SOBRE A NECESSIDADE DE UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA PRODUTO EDUCACIONAL

Patricia Haeser Ferreira Nery | Josina Maria Pontes Ribeiro



**Patricia Haeser Ferreira Nery
Josina Maria Pontes Ribeiro**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DIÁLOGOS SOBRE A NECESSIDADE DE UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

PRODUTO EDUCACIONAL

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), na Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Macroprojeto – Organização de espaços pedagógicos da EPT.

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N456p Nery, Patricia Haeser Ferreira
Projeto político pedagógico: diálogos sobre a necessidade de uma construção participativa. / Patricia Haeser Ferreira Nery, Josina Maria Pontes Ribeiro. – Rio Branco, 2021.
45 f.: il. color.

Produto educacional apresentado ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC. *Campus* Rio Branco, 2021.
Inclui bibliografia: p. 42 - 44.
ISBN: 978-65-00-30854-9

1. Gestão democrática. 2. Projeto político pedagógico. 3. Produto educacional. I. Ribeiro, Josina Maria Pontes. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. III. Título

CDD 371.207

BIBLIOTECÁRIA MARÍLIA RODRIGUES DE ASSUNÇÃO CRB-11/976

Sumário

UNIDADE I - A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	08
UNIDADE II - GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE FEDERAL	14 21
UNIDADE III - O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	
UNIDADE IV - CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP	26
REFERÊNCIAS	42

APRESENTAÇÃO

Caros Servidores,

Este e-book é o resultado da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Mestrado Profissional em Rede Nacional – campus Rio Branco, Instituto de Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac) e tem como objetivo fornecer subsídios para a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP), nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Foi construído a partir de rodas de conversa realizadas com pedagogas da equipe pedagógica de um campus e da reitoria do Instituto Federal do Acre, que vivenciam diariamente o fazer pedagógico e são geralmente os

profissionais diretamente envolvidos na condução dos processos de construção de documentos de cunho pedagógico.

Parte do princípio de que é preciso compreender os pressupostos filosóficos que deram origem à Rede Federal (Aspecto Global), aliando-os às particularidades de cada campus (Aspecto Local). Para isto, é primordial que se anteceda a construção de qualquer documento de formações entre os servidores, alunos e comunidade do entorno do campus, para que todos compreendam o papel da Rede Federal para uma formação cidadã dos alunos e o tipo de educação que deve ofertar. Fazendo-se presente na comunidade da qual faz parte, ouvindo suas demandas e fazendo a diferença na vida da comunidade.

Não se trata de um manual

ou guia, com um passo a passo para seguir de forma rigorosa, posto que o PPP de uma instituição é a sua própria identidade, que não nasce pronta, mas é construída na caminhada, sendo, portanto, única ou exclusiva.

No entanto há paisagens que são comuns, e é possível partilhar conhecimentos sobre elas como contribuição para as instituições que pretendem trilhar o seu próprio caminho, de mãos dadas com os sujeitos da caminhada.

É, pois, uma caminhada que se configura em uma jornada de autoconhecimento e formação da identidade, tal como a jornada de Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carrol, por isso as metáforas emprestadas do célebre autor ilustram cada início de unidade, inspirando o caminhar.

Desejamos a você (s) leitor (s) uma excelente caminhada!



“Na verdade, tantas coisas extraordinárias se tinham passado recentemente que Alice começava a convencer-se de que poucas seriam as impossíveis de realizar.”

(Levis Carrol)



UNIDADE I

A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

“Quem é você?”, perguntou a Lagarta.

Não era uma maneira encorajadora de iniciar uma conversa. Alice retrucou, bastante timidamente: “Eu — eu não sei muito bem, Senhora, no presente momento — pelo menos eu sei quem eu era quando levantei esta manhã, mas acho que tenho mudado muitas vezes desde então.” (Lewis Carroll)

“Onde você trabalha?” Parece uma pergunta simples de responder, mas se você for um servidor da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica não é tão simples assim. Se responder utilizando as eufônicas siglas, certamente será confundida com a universidade federal e terá de repetir mais uma vez, enfatizando se tratar de um nome masculino. Se

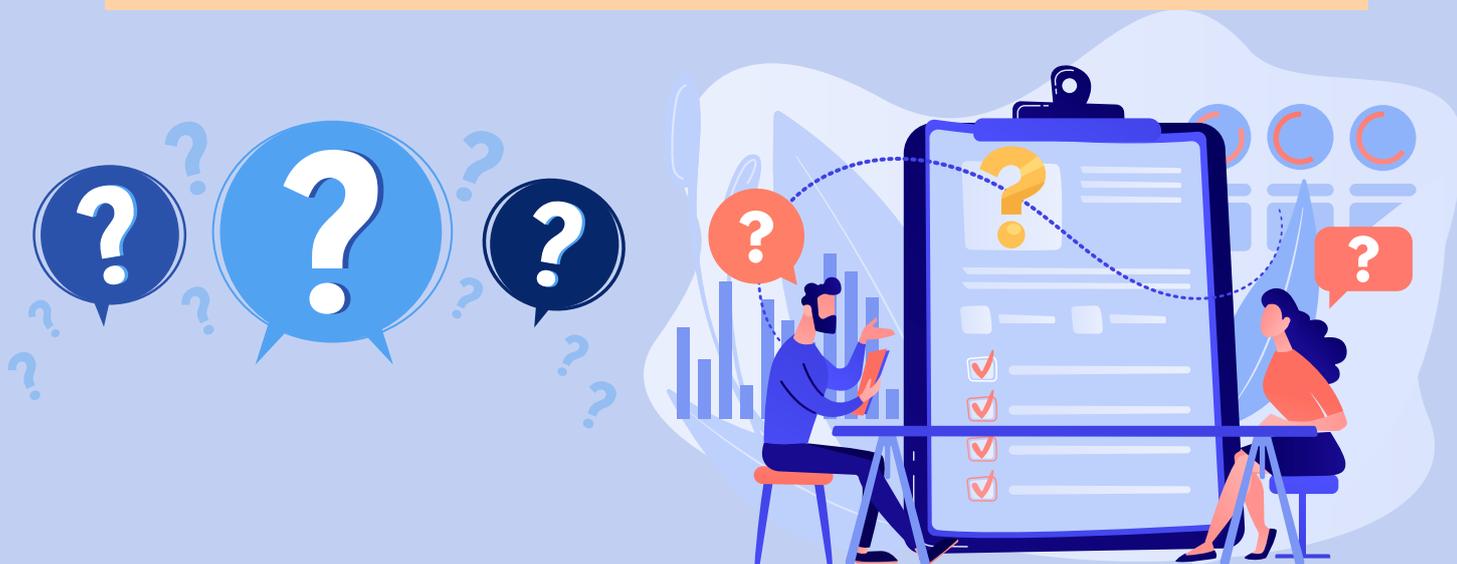
optar por uma resposta genérica, não há como fugir do conflito interno, pois, se responder “trabalho numa escola”, você sabe que não é bem “uma” escola, é mais que isso, pois tem os cursos técnicos, os superiores, as pós-graduações, os cursos de extensão, os projetos de pesquisa, etc. Se responder “trabalho em uma faculdade” sabe que estará sendo

injusto, pois, 50% dos cursos são de nível médio.

Essa dificuldade em encontrar um termo que explique sucintamente todo o universo que cabe dentro de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia se dá justamente pelo seu caráter inédito. Não há com o que se comparar. Trata-se de uma nova

institucionalidade. Que precisa ser conhecida não apenas pelos seus próprios servidores e alunos, mas também por toda a comunidade. Até que chegue ao nível de já não precisar mais ser comparada, ou confundida com outra instituição, mas que tenha o seu lugar dentro do cenário educacional brasileiro.

Mas afinal, o que é a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ou, mais precisamente, o que são os Institutos Federais que a compõe?



Posto que já iniciamos nossas considerações sobre os Institutos Federais pelo o que eles não são (não são escolas nem

tampouco universidades) – passaremos a discorrer brevemente sobre o que são.

De acordo com a Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de EPT:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

O caput do artigo aponta o caráter “multinível”, pluricurricular e multicampi das referidas instituições, equiparadas às universidades federais. Apenas na letra na lei verificamos que se trata de um modelo novo de instituição de ensino, pois ofertar mais de um nível e modalidade não é uma prática comum nas instituições brasileiras (PACHECO, 2011, p.64).

A oferta de cursos em vários níveis visa a verticalização do ensino, que possibilita o aluno uma trajetória que vai do Ensino Médio, Graduação, Especialização, Mestrado até o Doutorado, na mesma Instituição de Ensino.

A estrutura multicampi, unidades de ensino providas de autonomia, permite que essas unidades estejam alinhadas aos

anseios de cada região em que se faz presente, garantindo assim um desenvolvimento local e regional.

Além da leitura da lei que instituiu a rede federal, é de suma importância conhecer as

concepções e pressupostos que embasaram a criação dos Institutos Federais, pois todas as suas práticas devem estar alinhadas a elas. Assim, destacamos:

A formação humana integral:



Proposta educacional que integra todas as dimensões da vida humana, apreendendo o trabalho no seu sentido ontológico, como inerente ao ser, a ciência como conhecimentos produzidos pelo homem que possibilitam o avanço dos processos produtivos e, ainda, a cultura como toda forma de expressão ética e estética que orientam determinada sociedade. Trata-se de uma proposta que tem como horizonte a politecnicidade e a omnilateralidade, o que proporciona aos educandos a compreensão das relações sociais de produção (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.31).

Cidadania:



Educação concebida como instrumento de libertação individual e coletiva, possibilitando ao educando a compreensão das engrenagens sociais da realidade histórica de que faz parte (PACHECO, 2011, p.31).

Trabalho como princípio educativo:

Parte do princípio de que a tarefa de prover a subsistência, e outras esferas da vida através de trabalho é algo comum a todos os seres humanos. Logo, deve-se evitar criar grupos e indivíduos que vivem da exploração do trabalho dos outros (FRIGOTTO, 2012, p. 60).



Pesquisa como princípio pedagógico:

A pesquisa como princípio pedagógico deve estar presente em toda a trajetória escolar, uma vez instiga o estudante a ter curiosidade sobre o mundo que o cerca, gera inquietude para que ele não aceite uma visão de mundo pré-estabelecida, de informações e de saberes, sejam senso comum, escolar, ou científico (RAMOS, 2014 p. 93).



Para saber mais sobre os pressupostos teóricos e filosóficos da educação profissional ofertada pelos institutos federais, sugerimos a leitura dos seguintes.



Livro

disponível em: <https://bityli.com/fEpkX>

Agora que já vimos o que são os institutos federais, vamos compreender como é a gestão destas instituições, ou, pelo menos, como deve ser!

Para saber mais sobre o processo de criação da Rede Federal, sugerimos o seguinte documentário:



Vídeo

“A origem de uma nova institucionalidade”

disponível em: www.youtube.com/watch?v=ug1Ugw9wp9U

UNIDADE II

GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Nós nunca descobriremos o que vem depois da escolha, se não tomarmos uma decisão. Por isso, entenda os seus medos, mas jamais deixe que eles sufoquem os seus sonhos. (Lewis Carrol)

A gestão democrática como princípio norteador da educação pública no país está respaldada na Constituição Federal (1988), artigo 206, que preconiza:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

E na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; (1996)

Temos ainda o PNE – Plano Nacional de Educação (2014), instituído pela Lei 13.005/2014, para o decênio 2014-2024, que também aponta a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública.

Desta forma, nas instituições públicas do país tanto as de nível superior quanto de nível básico devem observar o princípio da gestão democrática garantido por lei.

Uma gestão democrática deve apresentar alguns parâmetros, conforme assevera Padilha (1998, p. 117-119), como:

1

Capacitação de todos os segmentos: docentes, técnicos, funcionários terceirizados, alunos, pais de alunos, comunidade, todos precisam de formação para participar;

2

Consulta à comunidade escolar: a consulta deve ser ato contínuo permanente, no que tange a diversos temas e realizada de diversas maneiras, como debates, seminários, assembleias, objetivando a criação de uma cultura de participação na instituição.

3

Institucionalização da gestão democrática: é imprescindível que a gestão democrática esteja presente nos documentos regulatórios da instituição. As regras de participação precisam estar claras para todos.

4

Lisura nos processos de definição da gestão: o processo de escolha dos dirigentes precisa ser transparente, com normas claras e pre-estabelecidas, ampla divulgação e discussão, bem como a fiscalização de todo o processo para que todos tenham confiança no processo.

5

Agilização das informações e transparência nas negociações. A negociação é um aprendizado importante, através dela é possível inclusive mostrar os limites da participação. O sucesso de uma gestão depende, entre outras coisas, da capacidade de negociação do gestor.

Criados após o advento da Constituição Federal (1988) e Lei de Diretrizes da Educação Nacional - LDB (1996), os Institutos Federais encontraram o espaço favorável no cenário político brasileiro para assentar suas bases de gestão em princípios democráticos.

Assim, já na Lei de criação – Lei 11.892/2008 (2008), percebemos o caráter democrático de sua gestão, alinhada ao seu papel de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho.

Conforme texto da Lei:

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior. (2008)

Ao definir que a administração dos institutos não ficará centrada na

figura de um gestor/diretor/reitor, mas que deverá ocorrer de forma colegiada, a Lei aponta claramente para uma gestão participativa, posto que os membros do Conselho Superior são escolhidos pela comunidade acadêmica. Assim, conforme definiu Pacheco os Institutos Federais tem em seu DNA uma cultura democrática (PACHECO, 2020, p. 8)

Outro aspecto relevante é em relação à escolha dos dirigentes em eleição paritária. Diferentemente do que ocorre nas universidades, em que os votos não são paritários e que o Presidente da República

não tem obrigação de nomear o mais votado e sim, escolher dentre nomes apresentados em lista tríplice (após escolha dos representantes), nos institutos podemos escolher diretamente nossos reitores/diretores, devendo ser nomeado o candidato mais votado em processo de eleição.

Além da escolha do Reitor/Diretor, as demais instâncias colegiadas também são compostas após consulta aos pares.:

Apresentamos no quadro a seguir as principais instâncias colegiadas de um Instituto Federal:

Quadro 1 – Espaços de Participação democrática na gestão dos Institutos Federais

Espaços de participação democrática nos IFs	
Conselho Superior	Órgão normativo, consultivo e deliberativo, composto por representantes de cada segmento da instituição. Eleito pelos pares. É o órgão máximo de deliberação da Instituição, previsto na Lei 11.892/2008.
Colégio de Dirigentes	De caráter consultivo, composto pelo Reitor, Pró-Reitores e Diretores de campus. Previsto na Lei 11.892/2008.
Conselho de Campus	De caráter normativo, consultivo e deliberativo por delegação do Conselho Superior. Confere autonomia ao campus nas tomadas de decisão. Previsto na LDB.

Conselho de Classe	Instância participativa para gestão do processo de ensino. Previsto na LDB.
Colegiado de Curso	Instância participativa destinada aos Cursos Superiores e de Pós-Graduação.
Grêmio Estudantil/ DCE	Entidade autônoma representativa dos interesses dos estudantes.
Comissão Própria de Avaliação- CPA	Tem como finalidade conduzir processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Apenas para cursos superiores. Previsto em Lei.

Estas são as principais instâncias participativas dentro da estrutura de uma unidade, partindo da escala micro: conselho de classe / colegiado de curso; média: como os conselhos de campus, Núcleo Docente Estruturante - NDEs, macro: Colégio de Dirigentes e Conselho Superior. Assim, considerando o caráter de Rede, de integração, de identidade entre

diferentes instituições temos o CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instância que discute, propõe e promove políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação no âmbito da Rede (CONIF, 2021).

Como podemos verificar, muitas são as possibilidades de participação nas decisões e deliberações envolvendo a nossa instituição. Mas a mais significativa

de todas tem uma unidade toda só para ela. Sim, estamos falando do Projeto Político Pedagógico, tema do nosso próximo tópico.

Para saber mais sobre gestão democrática

ARTIGO:



disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/25486/14810>



EBOOK:



disponível em:
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/proffuncionario/cadernos/disc_ft_se_cad_11_gestao_democratica.pdf



VIDEO



disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WhvyRmJatRs>



UNIDADE III

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Alice perguntou: Gato Cheshire... pode me dizer qual o caminho que eu devo tomar?

Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato.

Eu não sei para onde ir! – disse Alice.

Se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve. (Lewis Carrol)

O projeto político pedagógico é um instrumento que busca responder às seguintes questões:



Indica o que vai ser feito, quando vai ser feito, de que maneira, por quem será feito, para chegar a que resultados. Além de evidenciar a filosofia e adequar as diretrizes nacionais à realidade local da instituição escolar. Expressa a autonomia, firmando o compromisso social com a comunidade em que está inserida, é a valorização da identidade da escola (NEVES, 2013, p.110).

Já Vasconcelos (2012) o define com o “plano global da instituição”.

a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar (VASCONCELOS, 2012,P. 169)

Para Veiga (2013, p. 11) ele é a própria organização do trabalho pedagógico como um todo. Ele não deve ser construído e em seguida arquivado ou servir de prova do cumprimento de tarefas burocráticas, ele deve ser vivido em todos os momentos por todos os atores envolvidos na realidade escolar.

Padilha (2017, p. 85) assevera que pensar o projeto político pedagógico é um exercício da nossa capacidade de tomar decisões coletivamente.

O projeto político pedagógico está previsto na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que traz em seu artigo 12 o seguinte:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica. (grifo nosso)

[...]

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

[...]

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

A partir da publicação da LDB (1996) passa a ser exigida a elaboração do projeto político pedagógico ou proposta pedagógica, de todos os estabelecimentos de ensino básico no país, deixando claro que a sua construção deve contar com a participação dos docentes e dos profissionais da educação.

Os Institutos Federais são equiparados às universidades federais no que tange à regulação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. (BRASIL, 2008).

Assim, devem elaborar o PPI (Projeto Pedagógico Institucional) dentro do seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional, conforme determina a Lei 9235/2017 (BRASIL, 2017).

Ressaltamos que o PPI não deve ser confundido com o PPP, uma vez que o primeiro refere-se aos aspectos

gerais da Instituição, que deve servir de base para a construção do PPP em cada unidade de ensino, ou seja, de cada campus. Pois um mesmo instituto possui territorialidades distintas dentro do mesmo estado. Cada campus tem a sua identidade, visto ser composto de outros sujeitos, outros cursos, outros alunos, articulados com outros eixos tecnológicos, cada um com um público alvo específico. Desta forma, um único documento institucional não contempla as especificidades da identidade de cada campus.

Assim, justifica-se a necessidade e urgência de que cada campus, usufruindo de sua autonomia, conduza a construção participativa do projeto Político Pedagógico. Ramos (2014, p. 97) apresenta alguns pressupostos a serem considerados na elaboração do PPP

no ensino médio integrado, mas que consideramos ser aplicável à educação profissional como um todo dentro da realidade dos institutos:

▶ Não reduzir a educação às necessidades do mercado do trabalho, mas não ignorar as exigências da produção econômica. É importante considerar os estudos locais, a identificação das oportunidades ocupacionais, as tendências da dinâmica socioprodutiva local, regional, nacional e global.

▶ Construir e contar com a adesão de gestores e educadores responsáveis pela formação geral e da formação específica, bem como da comunidade em geral.

▶ Articular a instituição com familiares dos estudantes e a sociedade em geral, uma vez que as experiências de formação integrada não se fazem no isolamento institucional. Isto exige um processo de diálogo e de conscientização dos alunos e de suas famílias sobre as próprias expectativas e sua possível realização.

▶ Considerar as necessidades materiais dos estudantes, bem como proporcionar condições didático-pedagógicas às escolas e aos professores.

▶ Transformar o projeto de formação integrada em uma experiência de democracia participativa e de recriação permanente. Ela não ocorre sob o autoritarismo, porque deve ser uma ação coletiva, já que o movimento de integração é, necessariamente, interdisciplinar.



Resgatar a escola como um lugar de memória, preservar as lembranças de seus personagens e momentos mais expressivos. (adaptado de RAMOS, p. 97).

Desta forma, buscando fortalecer a identidade do campus e afirmar a sua autonomia é que o processo de construção do projeto político pedagógico deve ser conduzido. Na próxima unidade falaremos de forma mais direcionada sobre os caminhos possíveis de seguir nessa jornada de construção do PPP.

Para saber mais sobre o Projeto Político Pedagógico, sugerimos assistir a esta entrevista com a autora Ilma Veiga no canal nós da educação, links:



Vídeo

Nós da Educação - Ilma Passos Alencastro Veiga (parte 1 de 3)



disponível em: www.youtube.com/watch?v=k_I6M3IW6ss



Vídeo

Nós da Educação - Ilma Passos Alencastro Veiga (parte 2 de 3)



disponível em: www.youtube.com/watch?v=i21q2PUY0ew&t=602s



Vídeo

Nós da Educação - Ilma Passos Alencastro Veiga (parte 3 de 3)



disponível em: www.youtube.com/watch?v=tiNBweGr_eQ&t=353s



UNIDADE IV

CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Não é que eu goste de complicar as coisas,
elas é que gostam de ser complicadas comigo.

(Lewis Carrol)

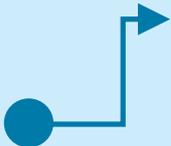
Como vimos na unidade anterior, o Projeto Político Pedagógico não pode simplesmente ser copiado de outra instituição, ou feito para apenas para cumprir a legislação. Ele deve ser pensado e construído de forma coletiva e participativa. Envolve o comprometimento de todos para com a sua instituição escolar. Para isso, é preciso que todos os atores da realidade escolar - gestores, docentes, técnicos, alunos, terceirizados, pais e a comunidade compreendam seu papel na transformação da realidade escolar e ocupem os espaços de gestão democrática na instituição, garantindo uma participação no sentido pleno, que, segundo Luck (2013, p. 29):



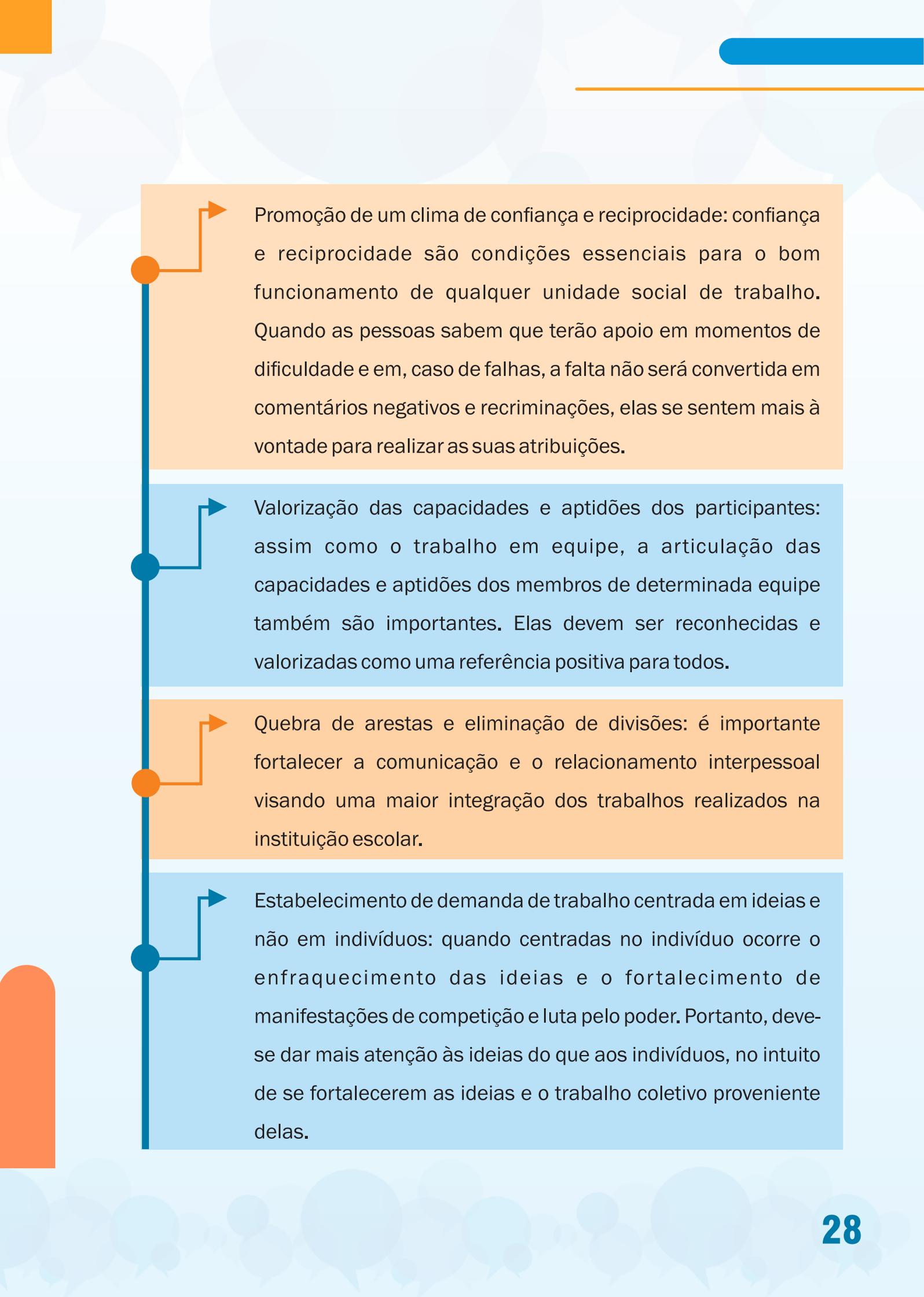
“caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual o membros de uma unidade social reconhecem e assumem o seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme.”

Por outro lado, é preciso também que a Instituição crie, além dos espaços, um ambiente democrático, que seja convidativo a uma participação no sentido pleno. É preciso que as atitudes sejam democráticas, isso inclui também a sala de aula. Pois um ambiente autoritário não promove a participação, ao contrário, inibe-a.

Luck (2013, p. 95) apresenta algumas sugestões de aspectos que promovem a criação e um ambiente participativo, são eles:



A criação de uma visão de conjunto associada a uma ação cooperativa - Tomar consciência de como cada sujeito atua no conjunto e de como as ações de todos estão relacionadas, interinfluenciadas e interdependentes. Deve partir do entendimento, por parte de todos, dos objetivos educacionais da instituição, dos desafios institucionais para realizá-los e da responsabilidade de cada um, com uma visão de conjunto que permita a associação e integração de esforços. A formação de uma visão de conjunto é a base da ação cooperativa, e deve ser constituída tendo como referência a filosofia e concepção de educação, a missão da escola e sua visão de futuro.



Promoção de um clima de confiança e reciprocidade: confiança e reciprocidade são condições essenciais para o bom funcionamento de qualquer unidade social de trabalho. Quando as pessoas sabem que terão apoio em momentos de dificuldade e em, caso de falhas, a falta não será convertida em comentários negativos e recriminações, elas se sentem mais à vontade para realizar as suas atribuições.

Valorização das capacidades e aptidões dos participantes: assim como o trabalho em equipe, a articulação das capacidades e aptidões dos membros de determinada equipe também são importantes. Elas devem ser reconhecidas e valorizadas como uma referência positiva para todos.

Quebra de arestas e eliminação de divisões: é importante fortalecer a comunicação e o relacionamento interpessoal visando uma maior integração dos trabalhos realizados na instituição escolar.

Estabelecimento de demanda de trabalho centrada em ideias e não em indivíduos: quando centradas no indivíduo ocorre o enfraquecimento das ideias e o fortalecimento de manifestações de competição e luta pelo poder. Portanto, deve-se dar mais atenção às ideias do que aos indivíduos, no intuito de se fortalecerem as ideias e o trabalho coletivo proveniente delas.



Desenvolvimento da prática da assunção das responsabilidades em conjunto: as responsabilidades da escola são as responsabilidades de todos e a gestão da instituição escolar deve estar focada na mobilização da energia do grupo para a sua realização em conjunto e não de forma fragmentada, com excessiva divisão de tarefas e funções.

Este é o cerne do nosso desafio: Como promover a participação no sentido pleno de todos os segmentos considerando uma constitucionalidade inédita como a dos institutos? Que oferta formação inicial e continuada, ensino médio integrado, técnico subsequente, cursos superiores, especialização, mestrado e doutorado? Como promover a construção de um documento que represente de fato a identidade do Instituto Federal?

Levando em consideração a heterogeneidade do público dos institutos, é preciso pensar em estratégias de mobilização coletiva que vão além do que está posto.

Além dos conselhos e colegiados. A criação de uma cultura participativa deve permear todas as ações pedagógicas e administrativas, mesmo as mais corriqueiras.

Assim, pensando a nossa realidade de instituto federal, defendemos a prática da formação para participação do aluno, pai de aluno, servidor, terceirizado, desde seu ingresso na Instituição. Uma formação numa perspectiva dialógica, compreendendo o diálogo como uma exigência existencial humana, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2019, p. 108).

Assim, o aluno/servidor/funcionário que ingressa na instituição deve passar por um processo de acolhimento no qual ele compreenda as bases teóricas, filosóficas e legais da instituição, aliada a uma formação sobre a gestão democrática e as ferramentas de participação. Sobre este aspecto, salientamos o trabalho de Silva (2020) que apresenta um guia de acolhimento para servidores que tem justamente essa proposta de apresentar a estrutura administrativa de um campus, auxiliando no processo de conhecer a rede federal e a

instituição em que está ingressando.

Feitas essas considerações iniciais, podemos passar para a sugestão de caminho para quem se propõe a dar início ao processo de construção do Projeto Político Pedagógico. Como dissemos, não é uma receita, um passo a passo, um guia ou manual, mas contribuições derivadas de conhecimentos construídos ao longo da pesquisa que podem auxiliar na caminhada. A sugestão do processo de construção está dividido em momentos, dada a flexibilidade da proposta.



MOMENTO 1



Mobilização/integração com a comunidade

Ambientação de alunos e servidores

Leia as direções e diretamente você será direcionado para a direção certa!
(Lewis Carrol)

A comunidade acadêmica deve ser instigada a participar dos processos decisórios na instituição. A mobilização deve ser prática corrente não apenas para a construção do PPP, mas para a participação em todos os processos de tomada de decisão.

Assim, sugerimos que a cada início de ano letivo e/ou semestre letivo (a depender da regularidade de ingresso de novos alunos) seja realizada uma semana de ambientação na instituição para que os alunos conheçam a estrutura administrativa, a proposta pedagógica dos institutos e as concepções de gestão participativa e suas ferramentas, dentre elas, o PPP.

Especificamente para a construção do Projeto Político Pedagógico, a mobilização deve acontecer utilizando-se mais de um suporte: E-mails, mensagens em aplicativos de troca instantânea, mídias sociais, site da Instituição, redes sociais, murais, atentando para o caráter da acessibilidade. Quanto mais suportes utilizar, mais alunos / pessoas serão alcançados.

Para os servidores sugerimos que no processo de acolhimento seja abordada a importância da participação dos servidores não apenas na escolha dos dirigentes, mas também nos outros espaços participativos de que dispomos.

Saindo dos muros da instituição

Uma gestão verdadeiramente participativa inclui também a comunidade do entorno em seus processos de tomada de decisão. Se a comunidade é a principal beneficiada com os cursos ofertados, ela também deve ser ouvida sobre as questões fundamentais da instituição.

Não basta enviar um convite formal para as lideranças locais, é preciso sair dos muros da instituição e ir para outros espaços. É preciso visitar as lideranças locais para divulgar a instituição educacional, participar de eventos comunitários, conhecer os problemas da comunidade, propor soluções através de projetos de extensão ou pesquisa e desenvolver uma relação de parceria com organizações governamentais e não governamentais, assim como lideranças locais.

Sugere-se aqui que sejam mapeadas as instituições governamentais e não governamentais no entorno do Campus, assim seja realizado um cadastro das lideranças locais.

Estas atitudes promoverão o estreitamento das relações com a comunidade e fomentarão a participação nos processos de decisão e, por conseguinte, na construção do Projeto Político Pedagógico.



MOMENTO 2



Constituição da Equipe de Trabalho

Sugerimos que a condução dos trabalhos seja feita por uma comissão composta de servidores docentes, técnicos alunos e representantes da comunidade. Ainda que a construção seja coletiva, ela precisa de um direcionamento, para não vagar na aleatoriedade.

A comissão será responsável por estabelecer o cronograma das atividades, delegar atribuições, mediar os encontros, consolidar as propostas e elaborar o texto final. A quantidade de membros fica a critério de cada campus.



MOMENTO 3



As Rodas Dialógicas

Compreendendo o diálogo como “encontro de homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portando na relação eu-tu” (FREIRE, 2019, p.109) e pensando em um formato que suscita a participação, numa relação horizontal, sugere-se a realização de rodas dialógicas com todos os segmentos da instituição.

Destarte, propõe-se a realização de Rodas Dialógicas com os temas Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico. É aconselhável que seja prevista pelo menos uma Roda Dialógica para tratar de cada tema, ou mais, dependendo da necessidade verificada em cada unidade.



MOMENTO 4



Definição do Marco Referencial

Baseia-se na proposta de planejamento apresentada por Gandin e Gandin (1999, p.30), que por sua vez consolidou-se nos anos 1980, criada pela Equipe Latino-Americana de Planejamento, com o apoio técnico da Unesco, nos anos 1960.

É composta por três grandes partes:

- Marco situacional (onde estamos?) - aponta uma ampla análise da realidade da instituição (aspectos negativos e positivos).
- Marco Filosófico ou Doutrinal (Para onde queremos ir?) - reflete o ideal de instituição que desejamos – utopia fim. Baseia-se na visão de homem e de sociedade.
- Marco Operativo (Que horizonte queremos para nossa ação?) corresponde ao ideal específico da instituição, com critérios de ação para vários aspectos da instituição, tendo como horizonte o que queremos ou devemos ser (VASCONCELLOS, p. 182)

De acordo com Padilha (p. 95) o estabelecimento do marco referencial permite a definição das linhas gerais e iniciais do PPP, por isso essa etapa não deve ser pulada pois possibilita o amadurecimento da reflexão do conjunto do coletivo escolar.

“[...]trata-se de uma etapa fundamental na construção de um planejamento dialógico, que é, em si mesma, um rico momento de aprendizagem para todos, de troca de experiências e do estabelecimento de relações de confiança, que acabam por coresponsabilizar todo o grupo, fortalecendo, assim, a possibilidade da efetivação das próximas etapas do projeto político-pedagógico da escola. (Padilha, 96)

À comissão cabe deliberar sobre a metodologia mais adequada para coleta das respostas que darão origem ao marco referencial (grupo focal, questionário on line, rodas de conversa, fóruns, assembleias, etc), assim como sobre quais perguntas relacionadas aos marcos referenciais serão feitas para os participantes (VASCONCELLOS, p. 182)

MOMENTO 5

Definição do Diagnóstico e Programação

O diagnóstico é intermediário entre o ideal de instituição, utopia fim e a proposta de prática, é o que determina a distância entre o real e o ideal estabelecido no referencial. É o momento de identificar os problemas relevantes que devem ser resolvidos para a melhoria da vida de todos. É uma etapa difícil, pois como assevera Vasconcellos (2012,p.193) “trata-se de perscrutar a realidade, procurar ver o que está nas entrelinhas, quais são as faltas, as carências da instituição.

Após concluir o diagnóstico vem a fase da programação, que pode ser definida com o “conjunto de ações concretas assumido naquele espaço de tempo previsto no plano, que tem por objetivo superar as necessidades identificadas” (VASCONCELOS,p. 194)

Para melhor visualização das partes do PPP, trouxemos a o quadro de Vasconcellos:

Quadro 2 – Partes do Projeto Político Pedagógico

Marco Referencial	Diagnóstico	Programação
o que queremos alcançar?	O que nos falta para ser o que desejamos?	O que faremos concretamente para suprir tal falta?
É a busca de um posicionamento Político: visão do ideal de sociedade e de homem. Pedagógico: definição sobre a ação educativa e sobre as características que deve	É a busca das necessidades, a partir da análise da realidade e/ou do juízo sobre a realidade da instituição (comparação com aquilo que desejamos que seja)	É a proposta de ação. O que é necessário e possível para diminuir a distância entre o que vem sendo a instituição e o que deveria ser.

Fonte: Vasconcelos, p. 170

Finalizados os momentos de coleta das informações, passa-se à finalização do texto que servirá de base para PPP.

Quanto aos itens que devem constar no PPP, trouxemos alguns apenas de forma indicativa, como parte do nosso diálogo com as instituições ou pesquisadores que já trilharam esse caminho de construir o seu projeto político pedagógico.

Considerando os elementos básicos que devem conter no PPP, apontados por Veiga:

- A** as finalidades da escola ou os efeitos intencionalmente pretendidos e almejados;
- B** a estrutura organizacional administrativa e pedagógica;
- C** o currículo ou organização do conhecimento escolar;
- D** o tempo escolar e calendário acadêmico;
- E** os processos de decisão que deve sempre ser de cunho descentralizado e democrático;
- F** as relações de trabalho - que devem se basear em atitudes de solidariedade e reciprocidade;
- G** a avaliação como necessária para qualificar e subsidiar o projeto político pedagógico (Adaptado de Veiga, 2013, p. 22)

Além destes elementos foram evidenciadas algumas paisagens comuns, as quais compartilhamos aqui para contribuir com aqueles que decidirem iniciar o processo de construção de seu PPP, como proposta de sumário. Lembrando que não se trata de uma proposição fixa, e pode ser alterada conforme as necessidades de cada campus.

MARCO SITUACIONAL

Histórico da Instituição com ênfase para o histórico do campus
Sugere-se que seja realizada uma ampla pesquisa sobre o campus a fim de que se tenha o registro detalhado da história do campus, desde a sua concepção, não apenas dos registros nos relatórios de gestão, mas também ouvindo os sujeitos que fizeram parte da sua implantação.

Contexto Socioeconômico e cultural

Detalhar os aspectos globais e também os locais, relacionado com a comunidade do entorno.

Missão (Função Social do Instituto)

Sujeitos (Perfil dos alunos e servidores)

1

MARCO FILOSÓFICO

Visão de homem e de sociedade

Concepções de cultura, ciência, tecnologia, trabalho e educação

Gestão democrática

2

MARCO OPERATIVO

Políticas de Ensino, pesquisa e extensão
Eixos tecnológicos e itinerários formativos
Níveis e modalidades (Formação inicial e continuada/Ensino médio

integrado/Educação profissional técnica de nível médio/Nível superior/Pós-graduação)
Concepção de currículo integrado
Organização didático pedagógica
Perfil de formação?
Avaliação do Processo educativo

3

DIAGNÓSTICO

Definição dos problemas relevantes da realidade.

4

PROGRAMAÇÃO

Definição das ações concretas em um determinado espaço de tempo, para superar as necessidades identificadas

5

REFERÊNCIAS

Obras utilizadas no embasamento da escrita do texto. Inclui-se ainda legislações, resoluções, portarias, etc. É importante mencionar também os documentos próprios da Instituição como PDI, estatuto, regimentos, entre outros.

6

02

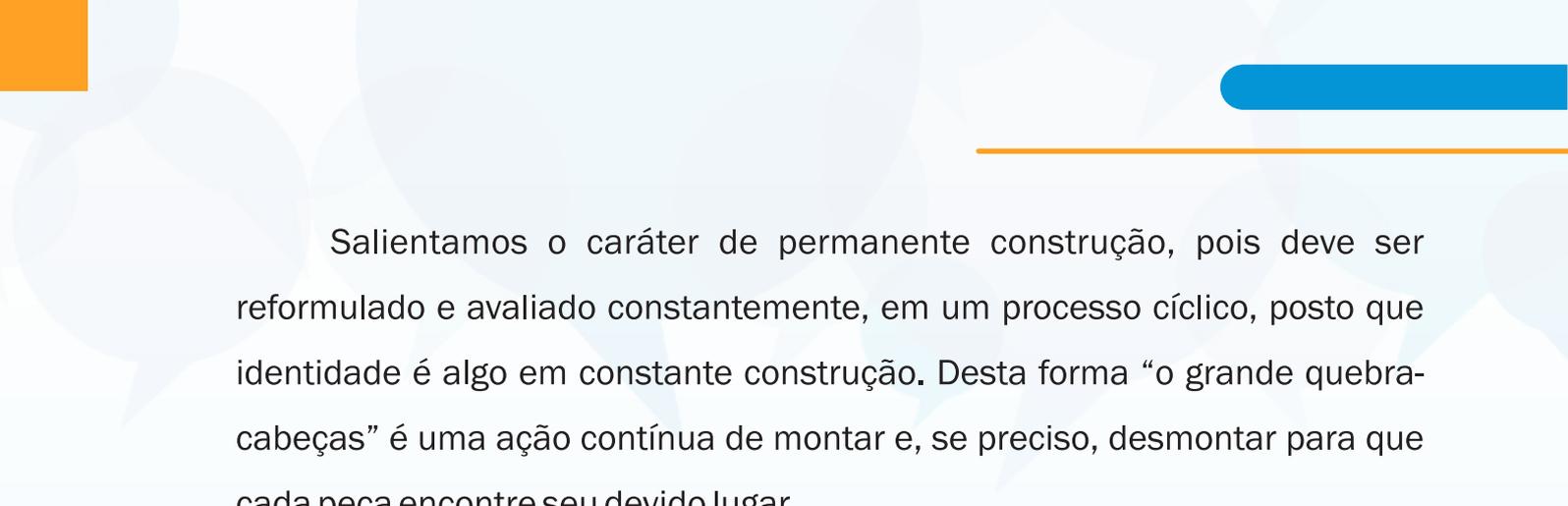
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas se não sou a mesma, quem sou eu afinal? Ah, esse é o grande quebra-cabeças! (Lewis Carrol)

A construção do Projeto Político Pedagógico exige uma preparação, dedicação e trabalho consideráveis, se realizado da maneira como propõe os autores do tema, possibilita uma caminhada de conhecimento e reflexão sobre a própria identidade da instituição e sobre o fazer pedagógico.

Conhecer a instituição integralmente, sua história, os sujeitos que fizeram/fazem parte da história da instituição, os pressupostos filosóficos e teóricos, sua proposta pedagógica e administrativa, bem como a forma de gestão participativa são fundamentais para que melhoria do processo de ensino.

Além disso, participar dos momentos de planejamento das ações da instituição, dando a devida atenção ao processo de planejamento da instituição é fundamental para o futuro da instituição.



Salientamos o caráter de permanente construção, pois deve ser reformulado e avaliado constantemente, em um processo cíclico, posto que identidade é algo em constante construção. Desta forma “o grande quebra-cabeças” é uma ação contínua de montar e, se preciso, desmontar para que cada peça encontre seu devido lugar.

Esperamos que este material auxilie nessa importante caminhada e que, assim, o Projeto Político Pedagógico em seu campus represente a identidade da instituição a que pertence.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei. 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, 1996.

BRASIL. Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional da Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2014.

BRASIL. Lei 9237/2017, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, 2017.

Clavatta, M; Ramos, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Histórico da Rede Federal**. Disponível em <https://portal.conif.org.br/br/institucional/conif> acesso em junho/2021

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GANDIN, D; GANDIN, L. A. **Temas para um projeto político-pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2013.

NEVES, C. M. C. Autonomia da Escola: Um enfoque operacional. In: VEIGA, I. P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29ª ed. Campinas: Papirus, 2013.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n° 1, 2020.

PACHECO, E. (Org.) **Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo/Brasília: Moderna, 2011.

PADILHA, P.R. **Planejamento Dialógico**: como construir o projeto-político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2017.

RAMOS, M.N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

Silva, F. R. **Guia de acolhimento e integração dos servidores do Instituto Federal do Acre – Campus Cruzeiro do Sul**. Rio Branco, 2020

VASCONCELOS, C.S. **Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**: elementos metodológicos para sua elaboração e realização. São Paulo: Libertad Editora, 2012.

VEIGA, I.P.A. (org). **Projeto Político da Escola**: Uma construção possível. Campinas: Papyrus, 2013



PROFEPT



INSTITUTO FEDERAL
Acre